

OFCHAN 2016

Prova de Noções de Contabilidade Comentada

Meus camaradas, no artigo de hoje comentamos as **5 questões** da prova de Noções de Contabilidade aplicada na Prova para Oficial de Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores.

A questão 58 (prova tipo 1) pode ser alvo de questionamento junto à banca.

Tenho certeza que aqueles que se prepararam conosco puderam perceber que praticamente toda a prova estava contemplada de forma direta no nosso curso. Conforme prevíamos, nossa preparação foi mais que suficiente para enfrentar a prova. A banca felizmente foi coerente com o termo "Noções" e exigiu questões dentro do esperado.

Diferentemente das últimas provas de Contabilidade Geral da FGV, essa prova foi tranquila. Mas, reitero, era esperado isso, pois em uma prova de "Noções" seria incoerente a banca entrar em detalhes das Normas Brasileiras de Contabilidade, por exemplo. Até vimos alguns pontos por precaução, conforme artigo postado no blog do Estratégia.

Um forte abraço!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com



Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.

www.facebook.com.br/profgilmarpossati



Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando** e fique antenado(a) com muitas dicas, análises, questões comentadas, [promoções](#) e muito mais.



Siga-me no **Periscope**: @possati

Acesse nossos cursos disponíveis [aqui](#).

56. (FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) A Alfa & Beta Ltda. é uma empresa familiar de médio porte gerida por dois irmãos em sucessão aos seus pais. Após assumirem a gestão, adotaram algumas medidas com o objetivo de facilitar o controle das transações que afetavam a situação patrimonial da empresa. Uma das medidas foi o registro de despesas pessoais dos sócios apenas quando do seu efetivo pagamento. Essa medida está em desacordo com o princípio do(a):

- (A) entidade;
- (B) prudência;
- (C) oportunidade;
- (D) valor original;
- (E) unidade de caixa.

Questão tranquila. Abordamos o assunto na aula 4, pág. 4. Na oportunidade estudamos que o Princípio da Entidade reconhece o **patrimônio como objeto da Contabilidade** e afirma a **autonomia patrimonial**, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.

Por consequência, nesta acepção, **o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários**, no caso de sociedade ou instituição.

Gabarito: A

57. (FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) Os sistemas de contabilidade registram fatos que podem afetar o patrimônio das entidades quantitativa ou qualitativamente. Quando do registro de um fato contábil modificativo, uma das contrapartidas será necessariamente uma conta:

- (A) de receita ou de passivo;
- (B) de despesa ou de ativo;
- (C) de receita ou de despesa;
- (D) de patrimônio líquido;
- (E) retificadora do ativo ou do passivo.

Abordamos o assunto na aula 3, pág. 2. Na oportunidade estudamos que os fatos contábeis podem ser:

Permutativos: são os fatos que não alteram o Patrimônio Líquido;
Modificativos: são os fatos que alteram o Patrimônio Líquido;
Mistos ou Compostos: são os fatos que envolvem simultaneamente um fato permutativo e um fato modificativo.

Quando estudamos os tipos de fatos modificativos, observamos que as **contrapartidas** desses fatos envolvem necessariamente uma conta de receita (fato modificativo aumentativo) ou uma conta de despesa (fato modificativo diminutivo).

Muitos alunos entraram em contato perguntando se a opção "D" não estaria correta. No entanto, ela realmente está errada.

Provavelmente o candidato que marcou essa opção estava raciocinando com a consequência do fato modificativo que é um aumento do Patrimônio Líquido. No entanto, não é isso que a questão exige. Cabe destacar que receitas e despesas não são contas patrimoniais classificadas no PL. São contas de resultado que afetam o PL.

Gabarito: C

58. (FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) Os sistemas de informações contábeis nas entidades têm o objetivo de registrar adequadamente as transações de forma que deem suporte à geração de informações fidedignas e úteis aos usuários da contabilidade. Tais informações em geral são apresentadas por meio de demonstrações contábeis padronizadas. Um usuário que deseje informações sobre a liquidez e a solvência de uma empresa deverá analisar informações constantes no(a):

- (A) balanço financeiro;
 - (B) balanço patrimonial;
 - (C) demonstração dos fluxos de caixa;
 - (D) demonstração do resultado do exercício;
 - (E) demonstração de origens e aplicação de recursos.
-

O balanço patrimonial é uma demonstração contábil/financeira cuja finalidade reside na apresentação da **posição financeira e patrimonial** da empresa em determinada data (aula extra, pág. 6). Nesse sentido, o balanço patrimonial fornece informações sobre a

liquidez e a solvência. Por meio da análise da liquidez o usuário identifica a capacidade que a empresa possui de honrar seus compromissos para com terceiros. Já a análise da solvência permite identificar a capacidade de a empresa honrar seus compromissos em caso de falência ou em fase de recuperação.

Nesse sentido, realmente a opção "B" está correta.

Mas, aqui cabe uma ressalva:

Segundo o CPC 03 (NBC TG 03),

*A demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que permitem que os usuários avaliem as mudanças nos ativos líquidos da entidade, sua estrutura financeira (**inclusive sua liquidez e solvência**) [...]*

Nesse sentido, acho válido argumentar contra o gabarito preliminar, destacando esse ponto da Norma.

Apesar de a NBC TG 03 informar que a DFC proporciona informações sobre a liquidez e solvência "quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis", creio que essa ressalva não invalida a opção "C", pois todas as demonstrações se complementam. Assim, por exemplo, uma análise da liquidez e solvência será muito mais robusta se for baseada em informações do balanço patrimonial em conjunto com a DFC.

De qualquer forma, acho difícil a banca acatar recurso nesse sentido. Mas, como diz o ditado popular, "quem não chora, não mama" 😊!

Gabarito: B

59. (FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) Um dos objetivos da Contabilidade é o controle patrimonial, que se dá a partir do registro adequado dos fatos que alteram os seus elementos. No controle do patrimônio, a riqueza líquida de uma entidade ao final de um período pode ser obtida pelo confronto de:

- (A) ativos, receitas e provisões;
- (B) ativos e passivos financeiros;

- (C) bens, direitos e obrigações;
(D) receitas e despesas;
(E) obrigações exigíveis e não exigíveis.
-

Riqueza líquida é sinônimo de patrimônio líquido. Em nosso curso ressaltamos a importância de saber os sinônimos. Inclusive inserimos um quadro-resumo (aula 1, pág. 11), abaixo descrito:

Sinônimos para os componentes patrimoniais		
Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Patrimônio Bruto	Passivo Exigível	Situação Líquida
Capital Aplicado	Capital de Terceiros	Capital Próprio
Capital Investido	Capital Alheio	Recursos Próprios
Aplicações dos Recursos	Recursos de terceiros	Passivo Não Exigível
Investimentos		Riqueza Própria (Líquida)

Além disso, estudamos o seguinte (aula 1, pág. 14):

A equação patrimonial demonstra que o **total do ativo é igual ao total do passivo**.

Como já sabemos, o **patrimônio = bens + direitos** (elementos **positivos** do patrimônio) + **obrigações** (elementos **negativos** do patrimônio).

O **Patrimônio Líquido é a diferença** entre os elementos **positivos** do patrimônio e os elementos **negativos** do patrimônio.

PL = elementos **positivos** do patrimônio - elementos **negativos** do patrimônio.

PL = Bens + Direitos - Obrigações

Do exposto, percebe-se que a riqueza líquida de uma entidade ao final de um período pode ser obtida pelo confronto de bens, direitos e obrigações.

Gabarito: C

60. (FGV/Oficial de Chancelaria/MRE/2016) Uma entidade precisa efetuar o registro contábil de dois fatos:

- I) Recebimento em dinheiro em 15/04 de uma venda realizada em 15/03;
- II) Pagamento em 30/04 de uma aquisição realizada em 01/04.

Considerando que o registro de ambos os fatos contábeis está de acordo com as normas e princípios de contabilidade, é correto afirmar que:

- (A) o mês de competência de ambos os fatos é abril;
- (B) o pagamento causou redução do patrimônio;
- (C) o pagamento obedeceu ao regime de competência;
- (D) o recebimento da venda aumentou o patrimônio;
- (E) o recebimento da venda tem efeito nulo no patrimônio.

Trata-se de questão que exige conhecimento da contabilização (escrituração) de fatos pelo regime de competência (regime adotado pelas Normas e Princípios de Contabilidade). Abordamos o assunto na aula 5 do nosso curso.

Vamos analisar as opções:

a. **Errada.** O mês de competência do fato I é março e do fato II é abril.

b. **Errada.** Vamos efetuar o registro desse fato para facilitar nossa análise:

Em 30/04, temos o seguinte registro:

D – Fornecedores (-P)
C – Caixa (-A)

Observe que o pagamento da aquisição não altera quantitativamente o patrimônio. Trata-se de um fato permutativo.

Vamos efetuar os registros desses fatos para facilitar nossa análise:

c. **Errada.** Assertiva incomum. A banca expõe duas datas dentro de um mesmo mês e afirma que o pagamento obedeceu ao regime de

competência. Enfim... trata-se de "viagem" do examinador ☺ Não faz sentido.

d. **Errada**. Vamos efetuar o registro desse fato para facilitar nossa análise:

I) Recebimento em dinheiro em 15/04 de uma venda realizada em 15/03;

Em 15/04, temos o seguinte registro:

D – Caixa (+A)

C – Duplicatas a Receber (-A)

Veja que o recebimento da venda não altera quantitativamente o patrimônio, nas palavras da banca "tem efeito nulo". Trata-se de um fato permutativo do ativo.

Com isso percebe-se que a **opção "E" está correta**.

Gabarito: E